

financeiras são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o valor aplicado e as taxas de juros efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento do exercício. **c) Caixa e Equivalentes de Caixa** – Incluem numerários em caixa e depósitos bancários, além de aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras. **d) Contas a Receber** – As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para perdas (*impairment*), se necessária, é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. **e) Estoques** – Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. Os estoques são valorizados pelos custos reais de produtos (produtos acabados e em processo) e custos médios de aquisição (demais itens), após dedução de impostos compensáveis. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração. **f) Outros Ativos Circulantes e Não-circulantes** – Os impostos a recuperar encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por tributos federais. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização. **g) Investimentos** – Os investimentos permanentes em empresas controladas, coligadas e ligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **h) Imobilizado** – Os elementos do Ativo Imobilizado são reconhecidos por seu custo histórico, corrigido monetariamente até 31 de Dezembro de 1995, menos depreciação acumulada, exceto no caso de Terrenos, que não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens. Essa estimativa de vida útil se baseia nos níveis de produção reais realizados e considera os seguintes prazos: Edificações: 25 anos; Veículos e Equipamentos de Informática: 5 anos; Demais componentes do Imobilizado: 10 anos. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor contábil do imobilizado ou reconhecidos como ativo separado somente se os benefícios econômicos associados estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, desde que os eventos tenham um efeito, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros. Tais ativos têm seu valor de recuperação revisado pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. Em 31 de Dezembro de 2010 não existem elementos do imobilizado de valor significativo que não estejam sendo utilizados nas atividades operacionais, nem que tenham sofrido perdas por *impairment*. **i) Fornecedores** – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente e classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não-circulante. **j) Empréstimos e Financiamentos** – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Em seguida, são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos, sendo classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que serão liquidadas após 12 meses da data de encerramento do exercício, que são demonstradas como passivo não-circulante. **k) Provisões para Contingências** – As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras, se necessárias, são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos da Companhia. **l) Outros Passivos Circulantes e Não-circulantes** – Outros passivos circulantes e não-circulantes são reconhecidos pelo valor justo acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos, de conformidade com o regime de competência. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social** – As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem somente a parcela corrente desses tributos. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e vigentes na data do encerramento do exercício. A Companhia é beneficiária da isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração, sendo o valor apurado título de redução de imposto a pagar reconhecido na demonstração do resultado do exercício e ajustado na base de cálculo dos dividendos a distribuir. **n) Distribuição de Dividendos** – O Estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Em observância ao regime de competência, o valor dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas é reconhecido como passivo circulante nas demonstrações financeiras. **NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** – Na data do encerramento do exercício, os valores em caixa e equivalentes e caixa apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2010	2009	NOTA 05 – ESTOQUES – Na data do encerramento do exercício, os estoques apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):		NOTA 06 – INVESTIMENTOS – Na ata do encerramento do exercício, os investimentos permanentes em controladas e empresas ligadas apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):				
Numerário em caixa	45.809	25.528	DESCRÇÃO		2010	2009	EMP. PARAENSE DE ADM E PART. LTDA	AGROBRAG ANTINA S/A	INPAC LTDA
Dep. Bancários à vista	517.025	1.016.776	Produtos Acabados	2.902.346	4.210.410	Valor do Invest. em 31/12/2009	1.568.997	2.560	14.513
Aplicações Financeiras	17.107.748	11.429.184	Produtos em Processo	1.590.753	2.195.652	Patrim. Líquido em 31/12/2010	1.991.712	32.398	58.050
TOTAIS	17.670.582	12.471.488	Matérias Primas e Embalagens	4.003.751	3.474.658	Percentual de Participação	99,99%	7,46%	25,00%
NOTA 07 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – Na data do encerramento do exercício, os empréstimos e financiamentos exigíveis a longo prazo podiam ser assim resumidos (valores em Reais):			Materiais Secundários	549.483	792.439	Invest. ajustado em 31/12/2010	1.991.512	2.417	14.513
			Materiais Diversos	2.903.703	2.593.700	Result. da equiv. patrim.	422.515	(143)	-
			TOTAIS	11.950.036	13.266.859	Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, todos em moeda nacional, são garantidos pelo Ativo Imobilizado da Companhia. NOTA 08 – DEBÊNTURES NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES – Sobre os saldos devedores diários incidem encargos financeiros correspondentes à taxa efetiva de juros de 9,5% (nove e meio por cento) ao ano, calculados em regime de capitalização composta pelo critério "pro rata tempore" por dias corridos e incorporados ao saldo devedor, sobre os quais será concedido bônus de adimplência de 15% (quinze por cento), desde que a prestação da dívida seja paga integralmente no vencimento. As debêntures tem prazo de carência de dois anos e de vencimento de cinco anos, excluído o período de carência, pagáveis em 10 (dez) parcelas semestrais, no período de 22/12/2010 a 22/06/2015. As debêntures são garantidas por fiança comercial pelo acionista controlador, além de máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia. O Capital			
INSTITUIÇÃO	NATUREZA	ENCARGOS FINANCEIROS	VENCIMENTO FINAL	VALOR					
Banco da Amazônia S/A – BASA	Investimento e Cap. de Giro	Juros de até 11,5% ao ano, com rebate de 15% no pgto.	10/2018	13.869.115					
Banco do Estado do Ceará S/A – BEC	Financiamento de ICMS	Sem incidência de encargos financeiros, com redução de 75% na data do efetivo pgto.	12/2012	4.025.496					
Banco do Brasil S/A	Investimento	Juros variáveis de 2,65% a 6% ao ano, acima da Taxa de Juros de L. Prazo – TJLP	09/2020	5.730.049					
Banco Safra S/A	Investimento	Juros Variáveis de 1,28% a 1,31% o mês	07/2014	104.912					
TOTAL GERAL				23.729.572					
NOTA 09 – CAPITA SOCIAL – A posição do Capital da Companhia em 31 de Dezembro pode ser resumida como segue (valores em Reais):									
DESCRIÇÃO	2010	2009	Social é representado por 49.457.512 ações ordinárias (49.457.512 em 2009) e 143.049.490 ações preferenciais (143.049.490 em 2009), sem valor nominal. As ações preferenciais são oriundas de incentivos fiscais da SUDAM/FINAM. As ações preferenciais é priorizado o direito a um dividendo de 25% dos lucros de cada exercício. O mesmo direito, sem prioridade, é dado às ações ordinárias, que possuem direito exclusivo de voto nas deliberações da Assembleia Geral. NOTA 10 – LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela						
Capital Autorizado	50.069.000	50.069.000	quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício. No ano de 2010 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas, nem ações potencialmente diluíveis. Era o que nos cumpria apresentar em adendo às demonstrações contábeis ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento. Belém(PA), 31 de Dezembro de 2010. ANTONIO GEORGES FARAH – Presidente. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – AOS DIRETORES E ACIONISTAS – 1. Examinamos o Balanço Patrimonial da FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A, levantado em 31 de Dezembro de 2010, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aprovadas no Brasil pela Resolução CFC nº20/97 e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles da sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas das estimativas mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira da FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A em 31 de Dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41), com a faculdade conferida pela Resolução CFC nº 1.319/10, que permitiu a não alocação de ajustes retrospectivos às informações correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 02. 4. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nos examinadas, conforme parecer, sem ressalvas, emitido em 19 de Março de 2010. Belém(PA), 30 de Março de 2011. ACCOUNT AUDITORES INDEPENDENTES S/S – CRC GO 000919/06-S-PA. JOSÉ PAES JÚNIOR – CONTADOR – CRC MG 39942/0-T-GO-S-PA.						
Capital Subscrito	44.622.615	44.622.615							
Capital Integralizado	44.622.615	44.622.615							
Menos: Cap. a Subscrever	(5.446.385)	(5.446.385)							

quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício. No ano de 2010 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas, nem ações potencialmente diluíveis. Era o que nos cumpria apresentar em adendo às demonstrações contábeis ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento. Belém(PA), 31 de Dezembro de 2010. **ANTONIO GEORGES FARAH – Presidente. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – AOS DIRETORES E ACIONISTAS – 1.** Examinamos o Balanço Patrimonial da FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A, levantado em 31 de Dezembro de 2010, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. **2.** Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aprovadas no Brasil pela Resolução CFC nº20/97 e compreendeu: **(a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles da sociedade; **(b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e **(c)** a avaliação das práticas das estimativas mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **3.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira da FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A em 31 de Dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41), com a faculdade conferida pela Resolução CFC nº 1.319/10, que permitiu a não alocação de ajustes retrospectivos às informações correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 02. **4.** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nos examinadas, conforme parecer, sem ressalvas, emitido em 19 de Março de 2010. Belém(PA), 30 de Março de 2011. **ACCOUNT AUDITORES INDEPENDENTES S/S – CRC GO 000919/06-S-PA. JOSÉ PAES JÚNIOR – CONTADOR – CRC MG 39942/0-T-GO-S-PA.**

 A Orsa Florestal S.A. torna público que **requereu** da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a renovação da **Autorização para o transporte de toras** - AU N° 932/2010, até a data 12/07/2012, para atividade de **Manejo florestal em regime de rendimento sustentável**, no município de Almeirim/PA.

 A Orsa Florestal S.A. torna público que **requereu** da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a renovação da **Autorização para Exploração Florestal** - AUTEF N° 1180/2010, até a data 12/07/2012, para atividade de **Manejo florestal em regime de rendimento sustentável**, no município de Almeirim/PA.

 A Orsa Florestal S.A. torna público que **requereu** da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a renovação da **Autorização para Exploração Florestal** - AUTEF N° 1220/2010, até a data 27/07/2012, para atividade de **Manejo florestal em regime de rendimento sustentável**, no município de Almeirim/PA.